

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.660 - MG (2019/0296371-2)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : HENRIQUE ROMEIRO VILELA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por HENRIQUE ROMEIRO VILELA contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.096140-9/000).

Consta dos autos que o recorrente – e 3 corréus – foi preso em flagrante, no dia 5/7/2019, custódia essa convertida em preventiva, e denunciado como supostamente incurso nos crimes dos arts. 157, §§ 2º, II, e 2º-A, I, do Código Penal, 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 e 33 da Lei n. 11.343/2006.

De acordo com a denúncia, os acusados se dirigiram a um estabelecimento comercial em um carro e subtraíram a quantia aproximada de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que estavam nos caixas do supermercado, mediante grave ameaça empregada com armas de fogo. A polícia logrou surpreender os acusados no interior de uma residência, dois deles lograram empreender fuga, e o paciente e outro corréu foram presos. Nessa residência, foi apreendido 174g (cento e setenta e quatro gramas) de maconha, dezenas de sementes de maconha pesando 4,4g (quatro gramas e quatro decigramas) e 7,3g (sete gramas e três decigramas) de cocaína, além de uma balança de precisão. Na mesma ocasião, foram apreendidos 2 revólveres calibre .38 com numeração suprimida, 9 munições intactas do mesmo calibre e 1 munição calibre .32.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 124):

*HABEAS CORPUS* – ROUBO MAJORADO – TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES – PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO – GRAVIDADE DA CONDUTA – *MODUS OPERANDI* – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – PRESENÇA DE REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA – ANÁLISE VALORATIVA DA PROVA – VEDAÇÃO EM SEDE DO REMÉDIO HERÓICO – ORDEM DENEGADA.

# Superior Tribunal de Justiça

Irresignada, a defesa interpõe o presente recurso, alegando que a constrição cautelar não está devidamente fundamentada, uma vez que a decisão foi proferida de forma genérica e sem declinar concretamente os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal. Aduz que a gravidade abstrata dos crimes não pode supedanejar o decreto constritivo. Salienta a primariedade do acusado. Destaca a suficiência das medidas cautelares alternativas e invoca o princípio da presunção de inocência.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, para que o recorrente responda em liberdade até o trânsito em julgado de eventual condenação.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – e o envio de cópia de outras decisões referentes à prisão cautelar do recorrente – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

